

Ainda há o *que fazer?*

José Roberto Cabrera

Doutorando do IFCH – Unicamp

IV Colóquio Marx e Engels - GT 4, Socialismo no século XXI

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo propor uma reflexão acerca de dois temas distantes no tempo e, aparentemente, em seus propósitos. Procuo apontar uma possível leitura dos principais desafios políticos, estratégicos, organizativos e ideológicos colocados aos movimentos ‘antiglobalização’ ou o chamado ‘movimento dos movimentos’, que têm se materializado nas ações do Fórum Social Mundial e dos vários Fóruns Regionais, a partir das reflexões contidas na obra *Que fazer?* de Lênin.

Em que pese a inexistência formal desse debate no interior dos Fóruns, por motivos que veremos adiante, podemos afirmar que as ações de caráter anti-sistêmico presentes numa parte considerável das organizações, movimentos, redes e intelectuais que compõem esse movimento necessitam de uma reflexão que possibilite pensá-las como negação do capitalismo, como um movimento mais amplo de emancipação social e de recusa da mercantilização dos direitos e da vida.

A argumentação teórica presente nas obras de Lênin e, particularmente, em o *Que Fazer?* impõe uma reflexão política sobre os desafios da luta contra o capitalismo, desafios que vão muito além de uma leitura dogmática que o vê apenas como a defesa de um modelo de organização leninista de partido. Ainda que trate de questões específicas da Rússia czarista *Que fazer?* arrola um conjunto de tarefas e desafios que nos parece de caráter estrutural do capitalismo e que, portanto, se fazem presentes ainda hoje.

Neoliberalismo e Resistência Global

O neoliberalismo imposto em escala global redesenhou as estruturas de dominação do grande capital, transferindo paulatinamente o poder decisório dos Estados Nacionais para as chamadas ‘instituições multilaterais’ e grandes corporações, as quais se transformam em ‘estados privados sem fronteira’ (MONEREO, 2001). Ainda que não se possa prescindir da ação do Estado nessa nova arquitetura política global (WOOD, 2004), a mundialização em curso subtrai a capacidade de regulação econômica e de implementação de políticas públicas, em especial as de corte social.

A hegemonia do capital financeiro nesse processo impôs o estabelecimento de regras de ação global negociadas entre estados nacionais, reduzindo o controle sobre os fluxos de capitais, sobre a exploração da força de trabalho e sobre a natureza, ao passo que nacionalmente cada Estado se responsabiliza pela implementação de acordos locais para viabilizar o processo, ao mesmo tempo em que controla, reprime e criminaliza os descontentes.

Tal processo é contraditório, na medida em que cada vez mais as decisões sobre a ação estatal estão submetidas aos ditames do grande capital, ainda que de modo obscuro, enquanto que nacionalmente as instituições permitem, ao menos formalmente, algum tipo de consulta às populações. Nesse sentido, o modelo político da globalização é anti-democrático em essência, pois desloca as tomadas de decisão a um plano inacessível, ao mesmo tempo, em que mantém a rotina dos processos eleitorais circunscritos a temas nacionais ou propostas de reformas sociais, muitas das quais sem possibilidades práticas de serem efetivadas.

A percepção dessa situação e a ampliação das contradições e dos conflitos levaram a uma revitalização dos movimentos anti-sistêmicos numa direção totalmente nova, distinta historicamente, capaz de articular novas lutas e imprimir um caráter global às reivindicações e às perspectivas. De certo modo, a globalização do capital possibilitou a globalização dos movimentos e da resistência ao neoliberalismo. O itinerário dessa rearticulação dos movimentos permite-nos observar características fundantes dessa nova fase de luta contra o capital: os movimentos sociais transformam-se em protagonistas

centrais dessas lutas anti-neoliberais, ocupando espaços outrora dos partidos; as definições estratégicas ganham uma nova geografia deslocando-se para o chamado para o Sul; as articulações se dão em forma de redes de ação em oposição às estruturas piramidais – talvez herança do fordismo, ao mesmo tempo em que se observa uma reelaboração do debate em torno da tomada do poder político reequacionando, por sua vez, as relações com os partidos de esquerda.

Na Europa, as várias matizes da esquerda partidária, ainda que atuando sob condições muito diversas, sofreram pesados desgastes de credibilidade ideológica – nem sempre traduzido em derrotas eleitorais. De um lado, no Ocidente europeu, o desenvolvimento de políticas associadas à privatização, à desregulamentação dos mercados financeiros, ao desmonte das estruturas estatais de produção e seguridade solapou, inclusive, os países que haviam experimentado o pacto social-democrata.

Antes mesmo do final da União Soviética, vários países europeus sob influência da social-democracia adotaram, em diferentes graus, políticas de corte neoliberal. Na década de 80, por influência dos experimentos ingleses e norte-americanos contrários as bases do Estado de bem-estar social e ao planejamento econômico, vários governos socialistas ou social-democratas adotaram políticas similares àquelas praticadas por neoliberais confessos. Além das experiências de Schluter em 1983 na Dinamarca, temos o segundo governo Mitterand na França, Felipe Gonzales na Espanha, Craxi na Itália e Soares em Portugal que adotaram políticas de cunho neoliberal, variando de intensidade, mas inspiradas nos preceitos da desestatização e das vicissitudes do mercado.

De outro, os partidos comunistas, críticos ou recém saído dos governos depois da *débâcle* do socialismo soviético, aplicando políticas de disciplina orçamentária que pouco os diferiam de seus ex-rivais sociais-democratas.

A esquerda partidária latino-americana, ainda que não tenha sofrido o mesmo desgaste europeu, não conseguiu consolidar-se como alternativa real de poder e programa, seja por sua fragmentação organizativa ou por condições adversas de desenvolvimento da luta política, seja pela adesão aos cânones do neoliberalismo como suas congêneres européias.

Considerando este desgaste político e pragmático da esquerda partidária e o novo quadro que emerge com a mundialização do capital, seu reordenamento político e econômico, muitos movimentos e intelectuais passaram a pensar as alternativas ao capitalismo numa outra perspectiva, abandonando certas categorias teóricas fundamentais do marxismo.

Como diz Borón, *“lo que sorprende en la coyuntura actual no sólo de América Latina sino también mundial es que las fuerzas sociales que motorizan la resistencia al neoliberalismo parecen haberse conformado con proclamar la obsolescencia de aquellos formatos tradicionales de representación política desentendiéndose por completo de la necesidad de discutir el tema y buscar nuevas vías y modelos organizativos. En su lugar ha ganado espacio una suerte de romanticismo político consistente en exaltar la combatividad de los nuevos sujetos contestatarios que sustituyen al moribundo proletariado clásico, elogiar la creatividad puesta de manifiesto en sus luchas y la originalidad de sus tácticas, y pregonar la caducidad de las concepciones teóricas preocupadas por las cuestiones del poder, el estado y los partidos. Las clases sociales se diluyen en los nebulosos contornos de la “multitud”; los problemas del estado desaparecen con el auge de la crítica al “estado-centrismo” o los reiterados anuncios del fin del estado-nación; y la cuestión crucial e impostergable del poder se desvanece ante las teorizaciones del “contra-poder” (Hardt y Negri: 2000) o la demonización a que este es sometido en las concepciones del “anti-poder” que brotan de la pluma de uno de los representantes intelectuales del Zapatismo como John Holloway (2002)”¹.*

Podemos identificar que há um duplo movimento oprimindo a produção teórica marxista: de uma lado, a tendência desconstrutivista da pós-modernidade que impõe uma percepção fragmentada da realidade, onde os indivíduos se apresentam como tal, descolados de sua base material. De outro, uma leitura de tendência positivista do marxismo, ligada direta ou indiretamente à tradição soviética, mas que vai além dela, que supervaloriza os aspectos chamados “científicos” das obras de Marx, onde o desenvolvimento das forças produtivas ocupa papel primordial na análise teórica.

¹ BORON, Atílio - *Actualidad del ¿Qué hacer? de Lenin in* http://www.quehacer.com.uy/Debates/actualidad_que_hacer_lenin.htm

Tanto um como outro subtraem de seus esquemas explicativos o lugar das classes e da luta de classes. Enquanto uma tendência vê o conceito e sua aplicação como anacrônico, sem aplicação prática, o outro, ainda que reconheça a importância das classes, submete sua dinâmica aos interesses estratégicos de longo prazo determinados pelo desenvolvimento das forças produtivas e suas contradições com as relações de produção.

Nesse sentido, podemos pensar as reflexões de Lênin em *Que fazer?* como um roteiro para o debate atual, uma vez que espaço criado pelo Fórum Social Mundial permite ser concebido não apenas como crítica ao neoliberalismo, mas ao próprio capitalismo, muito embora isso não seja consensual.

Martins (2003) defende a idéia de que há um potencial anti-sistêmico e que seu desenvolvimento possa configurar uma nova realidade no quadro das lutas anti-capitalistas, já que a luta por direitos como os de trabalhar, morar, plantar, respirar, beber, exercer políticas de justiça social, universalizar a saúde se contrapõem à lógica do capital e da globalização neoliberal, permitindo pensa-las não como simples reformismo, mas como possibilidades concretas de confronto. Assume, na sua opinião, contornos de confronto a luta pela paz, que escancara o debate sobre a hegemonia norte-americana, assim como as experiências de participação e soberania popular e étnicas que conflitam com o desenho das chamadas instituições globalitárias.

A necessidade de uma reflexão teórica marxista sobre tais questões deve ter em vista o lugar das classes e da luta de classes no atual estágio do desenvolvimento capitalista, principalmente se considerarmos o grau de contradições e conflitos que revestem a atualidade. Assim, a produção teórica deve considerar seu elo de ligação com a realidade, até como forma de apreensão da mesma, buscando nas classes – e na própria compreensão do seu significado hoje – consolidar a práxis, sob pena de transformar-se, ou melhor, consolidar-se como disciplina acadêmica.

Borón (1999) indica que houve um divórcio entre a filosofia política e a vida prática. Em outras palavras: a filosofia deixou de ser um campo de reflexão e transformação para um mero contemplar com infinitas variações sobre a realidade totalmente descompromissada, ainda que sedutora.

Esta pressão pós-moderna que, como afirma Jamenson, é a expressão filosófica do capitalismo contemporâneo, subtraiu dos filósofos seu combate político contra a ordem dominante, pois permite a leitura da realidade numa perspectiva plural, onde o elemento de destaque é o indivíduo que a lê, recuperando o mesmo indivíduo central do mercado neoliberal .

Nessa perspectiva entendo que o marxismo pode oferecer uma perspectiva capaz de compreender a realidade em três perspectivas articuladas: a) entender a realidade a partir da noção de totalidade; b) desenvolver uma visão de complexidade e historicidade do social e c) articular uma perspectiva de relação entre teoria e práxis.

Repensando *Que Fazer?*

Desde 1996, em Chiapas, passando por Seattle e confluindo em Porto Alegre, os espaços de articulações criados pelos movimentos sociais impõe-nos uma reflexão mais apurada acerca dos desafios colocados para se pensar meios de transformar esse imenso movimento multifacético, de caráter anti-neoliberal, num amplo movimento anti-sistêmico, capaz de articular formas de luta contra o capital.

Nesse sentido, guardadas as proporções históricas e políticas de cada momento, acredito ser possível resgatar parte das reflexões de *Que fazer?* para refletirmos sobre os desafios colocados ao chamado ‘movimento dos movimentos’ e pensarmos formas de superá-lo.

Lênin conduz suas reflexões em *Que Fazer?* defendendo a importância da luta teórica e da reafirmação de certos princípios e eixos do pensamento marxista do qual não devemos abrir mão. Afirmar atualidade desse debate talvez seja desnecessária, uma vez que boa parte da ‘esquerda tradicional’ abdicou dessa tarefa em favor de políticas mais ‘responsáveis’ e apelos pluriclassistas impostos pelos imperativos eleitorais. Em certa medida, houve nos últimos 15 anos um retorno às práticas da social-democracia de princípios do século XX, de abandono da perspectiva transformadora, substituindo-a pela política do possível. Nesse sentido, ainda que distante de uma perspectiva marxista, o

exemplo do PT no Brasil é esclarecedor, devido às suas origens, trajetória, base social e sua adesão aos cânones do ‘pensamento único’.

A luta e o debate teórico não deixaram de se realizar, ainda que com importantes deserções, mas circunscreveu-se cada vez mais ao interior das universidades e institutos de pesquisa, deslocados na maioria das vezes das lutas políticas de classe. Nesse sentido, o apelo em torno da importância da luta teórica impõe pensarmos o papel que a teoria marxista pode desempenhar ao oferecer uma perspectiva de totalidade ao pensarmos os conflitos sociais e políticos, a possibilidade de compreendê-los como um processo histórico complexo e vincularmos sua compreensão a uma ação transformadora.

Lênin desenvolve, num período de definições acerca do caráter do Partido Operário Social Democrata Russo, um debate intenso contra as tendências espontaneístas e economicistas sustentando que a consciência social-democrata não poderia brotar naturalmente das lutas sindicais, de caráter econômico, mas que viriam de fora deste conflito. *“Dissemos que os operários nem sequer podiam ter consciência social-democrata. Esta só podia ser introduzida de fora. A história de todos os países testemunha que a classe operária, exclusivamente com suas próprias forças, só é capaz de desenvolver uma consciência trade-unionista, quer dizer, a convicção de que é necessário agrupar-se em sindicatos, lutar contra os patrões, exigir do governo estas ou aquelas leis necessárias aos operários, etc.”* Portanto, para Lênin, a consciência política não pode brotar dos conflitos econômicos, dos conflitos entre patrões e operários, mas *“a única esfera em que se pode obter estes conhecimentos é na esfera das relações de todas as classes e camadas com o Estado e o governo, na esfera das relações de todas as classes em si”* (135)

Ao afirmar tal componente, introduz de fora a questão da teoria e das opções políticas ao conflito econômico que, desprovido da necessidade da transformação, ainda não é propriamente uma ação de classe, pois não tem o elemento consciente que permitiria a transição da classe em si em classe para si.

Esta polêmica se põe na atualidade de maneira distinta, uma vez que ainda que não estejamos debatendo sobre a forma de partido que queremos, ou a introdução do elemento consciente - nem sequer se queremos partidos-, mas como se põem tais conflitos, pois as formas das lutas econômicas e sindicais foram politizadas num sentido diverso. Ou como afirma Almeyra que *“La mundialización reduce brutalmente el campo de la política al*

anular prácticamente la posibilidad de optar por diversas utilizaciones de los recursos o por diferentes enfoques en la aplicación de las políticas públicas, cosas que hoy decide, em el extranjero, el gran capital. Pero esa despolitización, esa expropiación del campo de lo político, esa reducción de todo a la economía y a las influencias del mediático-culturales politizan al mismo tiempo, al extremo, la vida cotidiana” (ALMERÍA, 2004).

No entanto, o fato de haver ocorrido uma percepção mais política dos acontecimentos econômicos, não implica afirmar que houve uma politização das lutas econômicas e sociais, mas que o limite dessas reivindicações é político e que, portanto, sua resolução passa pela luta política.

Em certa medida, as ações sindicais, cooperativas, ligadas às formas de economia solidária presentes nos espaços do Fórum Social Mundial esbarram nos limites apontados por Lênin acerca do tipo de consciência que desenvolvem, uma vez que buscam, com um grau cada vez mais acentuado de organização global das demandas e das lutas, realizar suas conquistas dentro dos limites permitidos pelo capital.

Coloca-se aqui, em outro contexto, o debate proposto por Lênin com os economicistas acerca dos limites das propostas que apontam para a necessidade de garantir conquistas imediatas, concretas, sem jogá-las para um futuro distante, incerto numa reedição das teses de Bernstein onde *o movimento é tudo e o objetivo final nada*.

Por outro lado, a ascensão dos movimentos sociais e sua articulação em nível global põe-nos uma questão velha com nova roupagem. Lênin realiza seu debate no interior da social-democracia russa defendendo o papel da vanguarda política no processo de luta contra a autocracia, com o objetivo de superar tanto o espontaneísmo como o economicismo, introduzindo de fora do conflito salarial a consciência política e a estrutura organizativa. Para ele, a social-democracia russa deveria *“assumir a tarefa de organizar uma ampla luta política, sob direção do nosso partido, e tão multiforme que todos os setores da oposição possam prestar e prestem efetivamente a esta luta, assim como ao nosso partido, a ajuda de que forem capazes. Nós devemos fazer dos militantes práticos social-democratas chefes políticos capazes de dirigir todas as manifestações desta luta multiforme, que saibam, no momento necessário, ‘ditar um programa positivo de ação’ aos estudantes em agitação, aos zémtsi descontentes, aos membros indignados das seitas, aos professores primários lesados nos seus interesses, etc., etc.” (140)*

Em certa medida, Lênin anuncia um tema contemporâneo ao abordar a necessidade de se pensar formas de superar a fragmentação e os limites corporativos das lutas, agora em escala global, com um programa político de ação.

Podemos observar um paradoxo interessante ao avaliarmos o atual estado da questão: as organizações de inspiração marxista em nível global, nas suas mais diversas orientações, não se mostram capazes de articular um discurso e uma prática que supere a fragmentação política e ideológica e, ao mesmo tempo, sejam capazes de consolidar uma nova hegemonia no interior dos movimentos anti-sistêmicos.

Tais limites se observam em duas direções: de um lado, na elaboração de um programa político capaz de consolidar, ou ao menos iniciar, um debate sobre um projeto alternativo à globalização neoliberal, que pudesse superar a dicotomia das duas etapas para a transição socialista – conquistar o poder do Estado e utilizá-lo como instrumento de transformação; de outro, na incompatibilidade entre o modelo leninista de organização e a estruturação de redes de ação global.

O programa político encerra um limite apontado por Holloway (2003) acerca da ‘fetichização’ do Estado, compreendido como ferramenta, como instrumento de transformação, mais ou menos independente das relações sociais dominantes. Nesse sentido, as organizações marxistas não têm produzido rupturas teóricas consideráveis com a trajetória da esquerda social-democrata de inspiração keynesiana, nem tampouco com as variantes reformistas herdeiras da III^a IC.

As organizações partidárias de filiação marxista, independente da corrente ou tendência a que pertençam ou do grau de radicalização das lutas empreendidas, mantêm-se vinculadas a um modelo organização piramidal, de inspiração leninista e que, em certa medida, oponham-se às experiências mais recentes de vários movimentos sociais que criam e reinventam formas de organização e de relação de caráter horizontal.

Nesse sentido, parece ser um problema de concepção e perspectiva de longo prazo que tensionam as relações entre os movimentos sociais e os partidos de esquerda, particularmente nos espaços mundial e regional dos Fóruns.

Embora haja uma compreensão global acerca do capitalismo e da necessidade do enfrentamento com as várias formas do imperialismo, os partidos são organizações nacionais, geograficamente limitadas e com objetivos e programas de caráter nacional. Há

contradições na origem entre os movimentos anti-globalização e os vários partidos que, em certa medida, orientam suas ações com objetivos de conquistar o poder dentro dos seus estados nacionais. Nesse aspecto, a experiência do PT e do PC do B no governo brasileiro fornecem elementos importantes para pensarmos os graus de contradições entre os partidos e os movimentos, particularmente no V FSM, onde as críticas ao governo Lula em alguns momentos transformou o sentido do Fórum, polarizando num debate estéril críticos e apoiadores.

Nesse sentido, os movimentos e suas redes desenvolveram mecanismos de organização das lutas em âmbito global de modo mais eficaz e contundente que a ação dos partidos, que orientam suas ações a partir dos espaços e dos recursos estatais.

Há outros aspectos não irrelevantes do ponto de vista teórico para o marxismo onde podemos perceber de modo muito intenso a contradição existente entre os partidos e os movimentos: a abordagem em relação as classes e as lutas de classes.

Os partidos inseridos nos sistemas eleitorais vigentes buscam consolidar-se como dirigentes não apenas de suas classes de origem, mas de um novo ‘bloco histórico’. No entanto, a dinâmica eleitoral impõe alguns limites, uma vez que os partidos devem se mostrar responsáveis e respeitadores da ordem vigente. Assim, o discurso transformador se desloca para o cálculo numérico, o apelo ao proletariado para os trabalhadores, dos explorados para a nação, da ruptura para a responsabilidade no cumprimento dos acordos internacionais etc.

Desse modo, os imperativos eleitorais impõem uma nova lógica de ação para os partidos, circunscritos ao calendário eleitoral e aos cálculos numéricos, incorporando-os aos sistemas eleitorais, em geral excludentes e ao próprio modelo de globalização neoliberal que permite às esquerdas governar, mas com a capacidade decisória reduzida, submetida às corporações e organização multilaterais.

Ainda que muitas vezes os movimentos mantenham um diálogo aberto com as instituições estatais e os sistemas eleitorais, mantendo relações, diretas ou indiretas, com os partidos políticos, preservam um certo distanciamento, ao mesmo tempo em que conservam um grau de autonomia e energia questionadoras da ordem, o que permite um ‘chamamento’ às classes sociais de modo mais direto que os partidos que, como vimos, em função do

imperativo eleitoral, se obrigam a ‘superar’ os limites classistas para angariar votos, mostrar-se responsável e governar para todos.

Um dos temas centrais proposto por Lênin em *Que Fazer?* é a questão do papel da vanguarda política da classe. Vinda de fora do conflito econômico, a consciência política socialista e a luta revolucionária devem ter como espinha dorsal uma organização de revolucionários profissionais, capazes de empreender e dirigir a luta contra o capital² nas mais variadas situações. As tarefas se referem não apenas a organização da classe operária, mas também da relação com outras classes, colocando o desafio de se pensar a consolidação de um novo bloco de classes capazes de empreender a transição socialista.

No entanto, este papel de vanguarda tem transitado em direção aos próprios movimentos sociais que assumem a organização das principais lutas, definindo prioridades, calendários, lutas e criando espaços aglutinadores, tensionando as relações entre movimentos e partidos.

No entanto, a questão teórica de maior relevância encontra-se em torno do *locus* do poder. Se de um lado, aceitamos a tese de que ocorreram transformações fundamentais na arquitetura do poder global, concentrando poderes em não-estados ou em *‘estados privados sem-fronteira’*, não podemos desconsiderar que tais transformações não subtraíram as funções fundamentais do estado capitalista nem tampouco seu comprometimento com a reprodução das relações sociais de produção. Ou seja, ainda que algumas transformações sociais e econômicas possam acontecer sem a tomada do poder do Estado, a questão da destruição das formações estatais e suas correspondentes relações continua em aberto.

As experiências de vários movimentos sociais, tais como os zapatistas no México ou o MST no Brasil, onde a questão da tomada do poder não está colocada, nos remete para um debate possível acerca das áreas de exclusão e dos graus de autonomia possíveis sob a globalização.

² Observe-se que Lênin escreve submetida à autocracia czarista, portanto em situação muito diversa em que se encontram por exemplo os partidos marxistas no Ocidente.

Para não *Desmanchar no ar*

Por fim, há duas questões refletidas por Lênin e que se colocam com atualidade nesse novo quadro, ainda que com grande diversidade. A luta teórica coloca para o marxismo o desafio de produzir reflexões capazes de superar a alto grau de fragmentação presente na esquerda mundial, no sentido de articular um corpo teórico que ofereça uma perspectiva consistente de transformação, que ofereça uma visão de totalidade dos problemas postos pela globalização, ao mesmo tempo em que permita compreendê-la no conjunto de sua complexidade histórica e social, criando uma práxis transformadora. No entanto, a luta teórica necessita de espaços que possibilitem o debate e o confronto de opiniões, processo que precisa ser posto em construção, considerando os meios disponíveis na atualidade, nos quais os movimentos anti-sistêmicos os exploram de forma fragmentada e desarticulada³.

A outra questão é de caráter mais especulativo e diz respeito às formas de organização política. Como vimos, o processo de enfraquecimento dos partidos da esquerda marxista foi fruto de um longo processo histórico, ao qual contribuíram questões teóricas, políticas, ideológicas, militares, econômicas. O aparecimento de novos modelos de organizações responde, em certa medida, a um duplo movimento: de um lado, a negação das formas tradicionais de ação política orientadas para a conquista do poder nacional baseadas em modelos organizativos pouco sensíveis às pressões populares, e de outro, o impacto das novas formas de organização do trabalho, já não mais fordistas, que reorganizaram o mundo do trabalho, ampliando sua precariedade em nível global.

Assim, sem dogmatismos e sectarismos devemos travar este debate acerca da organização não apenas como uma questão teórica, de caráter acadêmico, mas prática com os olhos no futuro e com a convicção de que as bases do materialismo histórico têm se mostrado capazes de explicar suas principais teses diariamente.

³ Qual debate tem sido travado pelas forças de esquerda em torno da proposta feita pelo governo venezuelano de se criar um TV latinoamericana de notícias, com objetivo claro de se contrapor aos monopólios estadunidenses de informação?

BIBLIOGRAFIA

ALMEYRA, Guillermo – *Política, Partidos, Poder en la Mundialización*, Clacso, 2004

ANDERSON, Perry – *O fim da história: de Hegel à Fukuyama*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

BERNSTEIN, Eduard – *O socialismo Evolucionário*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964

BORON, Atilio A. “El marxismo y la filosofía política”, en *Teoría y Filosofía Política. La tradición clásica y las nuevas fronteras* (Buenos Aires: Clacso/Eudeba) 1999

_____ - *Os Novos Leviatãs e a Pólis Democrática* In: BORON, Atilio – *A Coruja de Minerva*, Petrópolis, RJ : Vozes, 2001.

_____. *Actualidad del ¿Qué hacer? de Lenin* (2004) disponível em http://www.quehacer.com.uy/Debates/actualidad_que_hacer_lenin.htm consultado em 29.06.2006

HOLLOWAY, John - *Cambiar el mundo sin tomar el poder. El significado de la revolución hoy* (Buenos Aires: Universidad Autónoma de Puebla/Herramienta) 2002

LENIN, V.I. – *Que Fazer?* in *Obras Escolhidas*, São Paulo : Ed. Alfa-Ômega, 1986

MARTINS, Antonio - *Três provocações sobre o futuro do Planeta Porto Alegre* disponível em http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bib_antonio_martins consultado em 29.06.2005

MONEREO, Manuel – *De Porto Alegre a Porto Alegre: o surgimento do novo sujeito político* In: Seoane, José e Taddei, Emílio (org.) – *Resistências Mundiais: de Seattle a Porto Alegre* – Petrópolis, RJ : Vozes, 2001

WOOD, Ellen Meiksins - “*Estado, democracia e imperialismo*” - Clacso, 2004